



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CAMPUS SOBRAL**

JÉSSICA MARIA SILVA VASCONCELOS

**O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA PANDEMIA DO COVID-19 EM 2020:
RELAÇÃO COMPARATIVA BRASIL E CEARÁ**

Sobral/CE

2023

JÉSSICA MARIA SILVA VASCONCELOS

**O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA PANDEMIA DO COVID-19 EM 2020:
RELAÇÃO COMPARATIVA BRASIL E CEARÁ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Guaracyane Lima Campêlo.

Coorientador: Prof. Ms. Francisco Mário Viana Martins.

SOBRAL

2023

JÉSSICA MARIA SILVA VASCONCELOS

**O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA PANDEMIA DO COVID-19 EM 2020:
RELAÇÃO COMPARATIVA BRASIL E CEARÁ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Guaracyane Lima Campêlo.

Coorientador: Prof. Ms. Francisco Mário Viana Martins.

Aprovada em: 10/07/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Guaracyane Lima Campêlo – Orientadora
Universidade Federal do Ceará-UFC

Prof. Ms. Francisco Mário Viana Martins – Coorientador
Universidade Federal do Ceará- Caen UFC

Prof. Dra. Cleycianne de Souza Almeida
Universidade Federal do Ceará-UFC

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

V45i Vasconcelos, Jéssica Maria Silva.
O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA PANDEMIA DO COVID-19 EM 2020: RELAÇÃO
COMPARATIVA BRASIL E CEARÁ / Jéssica Maria Silva Vasconcelos. – 2023.
41 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral,
Curso de Ciências Econômicas, Sobral, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Guaracyane Lima Campêlo .

Coorientação: Prof. Me. Francisco Mário Viana Martins .

1. Crise sanitária. 2. Desigualdade social. 3. Pobreza. 4. Programas assistenciais. I. Título.

CDD 330

*Louvai o Senhor, porque ele é bom, porque eterna
é a sua misericórdia. O Senhor é minha força,
minha coragem; ele é meu Salvador.*

Salmo 117, 1.14

AGRADECIMENTOS

A priori, agradeço ao Senhor Trino e a Nossa Mãe Maria Santíssima pelo dom da vida e por me dar forças durante todo processo universitário.

Agradeço a minha família por me apoiar e me incentivar a perseverar durante todos os obstáculos na minha vida. Especialmente, a minha mãe Glêsse e ao meu irmão Jorge, tudo que sou hoje, devo aos cuidados e o amor incondicional dado por vocês, muito obrigada por tudo, sem vocês, eu nada seria, amo muito vocês.

Aos meus amigos da faculdade e da igreja, vocês sempre estiveram comigo durante todos esses anos, vocês foram essenciais para que eu conseguisse concluir essa etapa acadêmica. Cleiton, Ana Mara, Gustavo, Mateus, Júlia e Cássio, não sei o que seria de mim sem vocês na UFC, vocês são muito importantes e agradeço a Deus por tê-los em minha vida.

Aos meus orientadores, professores Guaracyane e Mário, por me incentivarem a persistir, não desanimar e por todas as orientações, muito obrigada e que Nosso Senhor abençoe sempre vocês.

Aos queridos membros da banca examinadora pela atenção e disponibilidade em avaliar meu projeto e me incentivar a trilhar novos caminhos acadêmico e profissional.

Aos queridos professores dos cursos de Ciências Econômicas e de Finanças do Campus Mucambinho por todo aprendizado, carinho e atenção nas vivências diárias na universidade.

RESUMO

O IBGE (2021) informa que o SARS-CoV-2 acarretou o fechamento de estabelecimentos, das restrições logísticas, do encarecimento dos insumos e da queda generalizada na demanda sobre o mercado. Para tanto, este estudo objetiva analisar o impacto da pandemia de COVID-19 na desigualdade social e econômica nos municípios do Ceará no período de fevereiro a dezembro de 2020. De cunho exploratório, quantitativo e bibliográfico, utilizou-se de livros macroeconômicos, artigos e sites de indicadores nacionais para fomentar a pesquisa. A crise sanitária impactou nos PIB brasileiro e cearense, que retraíram 4,1% e 5,72% em comparação a 2019, respectivamente. Quanto a balança comercial, o Brasil teve queda nas exportações em 6,91% e nas importações em 10,38%. Já balança comercial cearense apresentou queda de 18,51% nas exportações e aumento de 2,41% nas importações. Já a taxa de desemprego, o Brasil e o Ceará apontaram um índice de 13,5% e de 14,4%, refletindo a deterioração do mercado de trabalho e a vulnerabilidade social. Quanto ao rendimento médio *per capita* brasileiro e cearense, foi de R\$1349,00 e de 979,89, respectivamente. O Índice de Gini brasileiro e cearense foram de 0,524 e de 0,544, demonstrando a desigualdade de renda frente à crise sanitária. Monte (2020) afirma que o Auxílio Emergencial, além de aumentar a renda da população, contribuiu para a redução da desigualdade social. Os programas assistenciais corroboraram para amenizar a desigualdade e garantir renda para o consumo básico dos agentes. No Ceará, além dos programas nacionais, o governo definiu outras medidas assistenciais para combater a vulnerabilidade social, sendo essenciais no combate a pobreza e na desigualdade de renda.

Palavras-chave: Crise sanitária, Desigualdade social, Pobreza, Programas assistenciais.

ABSTRACT

The IBGE (2021) informs that SARS-CoV-2 led to the closure of establishments, logistical restrictions, increased prices for inputs and a generalized drop in demand on the market. Therefore, this study aims to analyze the impact of the COVID-19 pandemic on social and economic inequality in the municipalities of Ceará from February to December 2020. With an exploratory, quantitative and bibliographic nature, it used macroeconomic books, articles and national indicator sites to encourage research. The health crisis impacted on the Brazilian and Ceará GDP, which retracted 4.1% and 5.72% compared to 2019, respectively. As for the trade balance, Brazil had a drop in exports by 6.91% and imports by 10.38%. Ceara's trade balance showed a drop of 18.51% in exports and an increase of 2.41% in imports. As for the unemployment rate, Brazil and Ceará had an index of 13.5% and 14.4%, reflecting the deterioration of the labor market and social vulnerability. As for the average income *per capita* in Brazil and Ceará, it was R\$1349.00 and R\$979.89, respectively. The Brazilian and Ceará Gini Index were 0.524 and 0.544, demonstrating income inequality in the face of the health crisis. Monte (2020) states that Emergency Aid, in addition to increasing the population's income, contributed to reducing social inequality. The assistance programs helped to alleviate inequality and guarantee income for the agents' basic consumption. In Ceará, in addition to national programs, the government defined other assistance measures to combat social vulnerability, which are essential in combating poverty and income inequality.

Keywords: Health crisis, Social inequality, Poverty, Assistance programs.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	Auxílio Emergencial
BEm	Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único do Governo Federal
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COVID-19	Coronavírus Disease 2019
FEEF	Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE/FGV	Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MP	Ministério Público
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADC/T	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral

PROADESS	Projeto Avaliação do Desempenho do Sistema Saúde
SARS-CoV-2	Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus 2
SECULT	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima
SESA	Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
SM	Salário Mínimo
SUS	Sistema Único de Saúde
WHO	World Health Organization

LISTA DAS FIGURAS

Figura 1 – Distribuição Mensal dos domicílios particulares permanentes (%) que tinha alguém que recebeu Auxílio Emergencial no Ceará em 2020.....	31
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descrição dos Índices Econômicos e Sanitários Analisados	34
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1 . Pandemia COVID-19	16
2.2 Atividade Econômica.....	17
2.3 . Desemprego	21
2.4 . Desigualdades Sociais e a Pobreza	25
2.5 . Políticas Econômicas: Auxílio Emergencial e Outros Programas Assistenciais	28
3. REFERENCIAL METODOLÓGICO	34
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1. INTRODUÇÃO

É relevante o impacto causado pela pandemia do COVID-19 na população mundial desde dezembro de 2019, quando surgiram os primeiros casos em Wuhan, na China. Visto que, a priori, essa patologia infecciosa respiratória era desconhecida, gerando medo e pavor nas pessoas. Para tanto, a doença ocasionou milhões de mortes e colapsos nos sistemas de saúde, além de todo ônus econômico, psicológico e social nas economias mundiais.

Conforme Vieira (2022) devido a natureza pandêmica, a Organização Mundial de Saúde (OMS) orientou medidas restritivas e de *lockdown*¹ a serem adotadas pelos países a fim de frear a contaminação, visto que, inicialmente, a medicina não possuía uma resposta eficiente de tratamento e de cobertura vacinal para minimizar os efeitos do SARS-CoV-2. Em fevereiro/20 surgiu o primeiro caso na cidade de São Paulo/BR, e um mês após já tinham 4256 casos confirmados. SESA (2020) informa que em 15 de março de 2020 foram confirmados três casos de coronavírus no Ceará, sendo o primeiro estado brasileiro a decretar, de forma oficial, “estado de emergência”, por meio dos Decretos nº 33.510, de 16 de março de 2020 e o de nº 33.519, de 19 de março de 2020, adotando medidas de enfrentamento e contingência da disseminação viral, como o fechamento de escolas, de igrejas, de todo o comércio e serviços não essenciais. Nos meses iniciais, o Ceará ocupou a posição de primeiro estado do Nordeste e o terceiro estado brasileiro em número de casos confirmados da doença. Conforme Lima *et al* (2020) o Ceará por ter ocupado posições importantes como um dos epicentros da doença no Nordeste e no Brasil, é fundamental que estudos sejam constantemente desenvolvidos a fim de dimensionar o comportamento da pandemia no estado e subsidiar o planejamento e a avaliação das estratégias de mitigação.

Esse cenário de isolamento social ocasionou choques econômicos afetando os índices de desemprego, de renda, de mobilidade social, de insegurança alimentar, como também aumentou os índices de comorbidades e de doenças psicológicas nas potências mundiais e principalmente no Brasil.

Á vista disso, vários países adotaram políticas fiscais expansionistas como, por exemplo, maior facilidade de crédito, programas assistenciais governamentais, subsídios, pacotes de estímulo à economia e ao empreendedorismo, servindo como suporte financeiro para os agentes durante o cenário pandêmico.

Para tanto, o governo brasileiro instituiu medidas de suporte econômico aos agentes como, por exemplo, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda,

¹ *Lockdown*: confinamento

oferecendo medidas e acordos trabalhistas nas situações de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, sendo que os empregadores pagavam uma parte do salário e a outra era subsidiada pelo Governo, como também a suspensão temporária do contrato de trabalho. Já os programas Auxílio Emergencial e Bolsa Família foram benefícios concedidos às classes sociais vulneráveis pela crise (trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados) a fim de garantir renda mínima emergencial durante a pandemia para subsidiar o consumo básico das famílias. Por fim, o governo cearense recebeu o incentivo federal da abrangência do Auxílio Emergencial e do PBF, e também desenvolveu programas assistenciais regionais para minimizar a vulnerabilidade social, tais como Benefícios de isenção de energia, de água e esgoto; Vale Alimentação para os estudantes, Cartão Primeira Infância; Auxílio aos profissionais do setor de eventos; e o Auxílio aos catadores. Vale salientar que o governo estadual também criou medidas para aquecer a economia por meio dos programas Simples Nacional e Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal, a fim de amortizar os custos empresariais e garantir capital de giro.

Mediante ao cenário pandêmico, muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise sanitária e ocasionando desequilíbrios na renda dos agentes, limitando aos cidadãos os direitos previstos no Art.5º da Constituição Federal. Portanto, surgem questionamentos sobre o impacto da crise sanitária na vida da população brasileira e como tal pandemia afetou o desenvolvimento econômico dos setores produtivos e conseqüentemente no crescimento do país. Na literatura surgiram alguns estudos para avaliar o efeito da pandemia do COVID-19 na economia brasileira e cearense sobre os índices de desemprego, de pobreza e de retração das atividades produtivas, tais como os de: Costa (2020), Carvalho *et al* (2021), Vieira Filho (2020), IPECE (2021), IPECE Conjuntura (2020), Nepomoceno (2021), Mattei e Heinen (2022), Tavares, Ribeiro e Lourenço (2022), e Moura (2021).

Para tanto, o objetivo desse estudo é analisar o impacto da pandemia de COVID-19 na desigualdade social e econômica nos municípios do Ceará no período de fevereiro a dezembro de 2020. Utilizou-se de pesquisas bibliográficas em artigos científicos, livros macroeconômicos, sites de indicadores socioeconômicos nacionais e regionais para descrever o efeito pandêmico no mercado, tais como o Índice de Gini; a Taxa de Desocupação; o Rendimento Domiciliar *Per Capita* Médio, o Número de Pessoas Elegíveis e o Total Pago pelo Auxílio Emergencial.

Além desta introdução, esse estudo é composto em quatro seções. A segunda seção é apresentada a revisão de literatura. Em seguida é apresentado o referencial metodológico, descrevendo as variáveis analisadas. E por fim, constam-se as considerações finais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Pandemia do COVID-19

Ao analisar um cenário pandêmico é relevante salientar os efeitos devastadores que tal patologia pode ocasionar na vida dos agentes, afetando os indicadores macroeconômicos, sanitários e sociais, corroborando assim para a elevação dos índices de desemprego, do fechamento de empresas, da insegurança alimentar, do índice de pobreza, dentre outros. Tal efeito é percebido na pandemia do SARS-CoV-2 a partir de 2020 na economia mundial.

Ministério da Saúde (2021) define a COVID-19 como uma infecção respiratória causada pelo coronavírus, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de pacientes com pneumonia de causa desconhecida em Wuhan, na China, em dezembro de 2019. WHO (2020) informou que a rápida transmissão, a alta prevalência e a falta de uma vacina sustentaram a contaminação entre continentes fazendo que a OMS declarasse em 11 de março de 2020, o SARS-CoV-2 como pandemia.

Ministério da Saúde (2022) informa ainda que o SARS-CoV-2 é transmitido principalmente por três modos: contato, gotículas ou por aerossol. A transmissão por contato ocorre por meio do contato direto com uma pessoa infectada ou com objetos e superfícies contaminados (fômites). A transmissão por gotículas é a transmissão por meio da exposição a gotículas respiratórias expelidas, contendo vírus, por uma pessoa infectada quando ela tosse ou espirra, quando se encontra a menos de 1 metro de distância da outra. A transmissão por aerossol ocorre por meio de gotículas respiratórias menores (aerossóis) contendo vírus e que pode permanecer suspensas no ar, serem levadas por distâncias maiores que 1 metro e por períodos mais longos. O período de incubação é estimado entre 1 a 14 dias, com a mediana de 5 a 6 dias; já a infecção pode variar de casos assintomáticos, casos clínicos leves, moderados, graves e críticos, sendo necessária atenção especial aos sinais de piora clínica que exijam a hospitalização do paciente.

Ministério da Saúde (2021) confirmou em 26 de fevereiro de 2020 o primeiro caso de coronavírus no Brasil, em São Paulo. Já em 17 de março foi confirmada a primeira morte por COVID-19. Em julho, o país já contava 1.496.858 casos confirmados e 61.884 óbitos. Em novembro, o país destacava-se mundialmente pelo efeito da pandemia, contabilizando cerca de 5,7 milhões de casos confirmados e 164 mil mortes. Fundação Oswaldo Cruz (2021) informou que em 2020 foram registrados 7.675.973 casos confirmados e 194.949 óbitos por COVID-19, chegando a cerca de 40 mil novos casos por dia e aproximadamente 600 óbitos diários, na

última semana de dezembro. Hecksher (2021) ainda reforça que o Brasil foi o terceiro país mais afetado quanto ao número absoluto de mortes e casos registrados, e também apareceu com a 20ª posição dos 179 países com maior proporção de população vitimada pela pandemia.

No Ceará, o cenário pandêmico não foi distinto do restante do país. Segundo Vieira (2022) em 15 de março de 2020 foram confirmados três casos no Estado pela SESA que chegaram por meio de passageiros de voos internacionais. Em 19 de março, o governo do Estado decretou o fechamento do comércio, restaurantes, bares, igrejas e diversos outros espaços que aglomeravam público para tentar diminuir o contágio do vírus; e barreiras sanitárias também foram instaladas nas divisas com outros Estados. Em 26 de março foram confirmadas as três primeiras mortes por COVID-19. Em maio, o Ceará possuía 28.112 casos confirmados e 1.856 mortes, com taxa de letalidade de 6,6%. Em julho, o Estado já contabilizava 174.622 casos confirmados e 7.692 óbitos. Conforme SESA (2020) em 14 de novembro, foram confirmados 287.520 casos e 9.498 óbitos por COVID-19, com taxa de mortalidade de 104,6 óbitos por cem mil habitantes. O Ceará fechou 2020 com um total de 351.634 casos confirmados e 11.352 óbitos, com uma taxa de letalidade de 3,2%. Ceará (2020) ainda reforça que os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará foram os mais afetados no Brasil pela pandemia, sendo o Ceará, o estado nordestino com maior número de casos e óbitos da região.

É perceptível a similaridade da pandemia no contexto nacional e regional, ou seja, percebe-se o efeito da contaminação da COVID-19 nas cidades brasileiras devido a sua elevada transmitibilidade e rápida disseminação entre a população, tanto a nível Brasil como no contexto cearense, afetando diretamente a economia brasileira e dificultando o consumo e o acesso dos agentes no macroambiente. Portanto, conforme os dados supracitados mostram a proporção que a pandemia chegou ao país e especialmente, no Ceará; e da evidência de uma crise econômica com possibilidade de elevação da taxa do desemprego, e da queda no nível do produto e da renda.

2.2. Atividade Econômica

Conforme Costa (2020) a crise revelou as fragilidades da economia brasileira, que se baseia na austeridade, na desindustrialização, no trabalho informal, na especialização da produção de bens primários para exportação, e que tem como principal comprador de *commodities*² a China, onde se iniciou a epidemia.

² *Commodities*: Produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados

Segundo Carvalho *et al* (2021), quando a pandemia do COVID-19 atingiu o Brasil, em 2020, o país já se encontrava numa situação extremamente desfavorável, com baixo crescimento econômico de aproximadamente 1% nos últimos três anos, a alta taxa de desemprego, contas públicas fragilizadas e famílias endividadas. Diante disso, os autores apontam que as perdas mensais causadas pelo isolamento social - política sanitária necessária para a contenção do vírus - atingiram cerca de R\$54 bilhões na renda dos trabalhadores autônomos, informais, desempregados e em desalento.

Conforme Vieira Filho (2020) a pandemia adotou modelos alternativos para a continuidade das atividades básicas. As instituições de ensino ofertaram ensino remoto, diversas empresas mudaram a produção, em escala e sistematização. E no campo, os produtores adaptaram a cadeia de suprimentos para manter a agricultura agroexportadora, frente à crise sanitária. Mediante a emergência da saúde pública, o funcionamento das atividades foi reduzido ou paralisado, tornando o país mais vulnerável ao mercado internacional.

O SARS-CoV-2 acarretou o fechamento de estabelecimentos, das restrições logísticas, do encarecimento dos insumos e da queda generalizada na demanda sobre as atividades econômicas. Tais impactos incidiram sobre uma economia já bastante deteriorada, que ainda não havia se recuperado plenamente da crise econômica deflagrada em 2014. Assim, a pandemia sacramentou uma nova década perdida para o país, fazendo com que o PIB *per capita*³, que acumulava retração de 0,8% entre 2011 e 2019, fechasse a década com queda de 5,5% (IBGE, 2021).

Conforme Cardoso *et. al.* (2021) a crise sanitária e seus efeitos diretos (queda da demanda, paralisação de atividades produtivas, redução de investimentos, queda no comércio mundial e redução de exportações, instabilidade nos mercados financeiros) impactaram no Produto Interno Bruto (PIB), o qual totalizou R\$ 7,6 trilhões (valores correntes) em 2020 e o PIB *per capita* recuou (em termos reais) 4,8% em relação ao ano anterior, alcançando R\$ 35.172 (em valores correntes), o PIB retraiu em 4,1% em 2020. Segundo IPECE Conjuntura (2020) no referido ano, o Brasil encerrou com uma inflação de 4,52%, valor acima da meta central de 4% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Conforme Oliveira (2021) em 2020, o Governo Federal Brasileiro divulgou os setores da economia mais afetados: o setor de atividades artísticas, o setor de transportes, os serviços de hospedagem e alimentação, a fabricação de veículos e calçados e o comércio de veículos.

pela oferta e procura internacional da mercadoria.

³ PIB *per capita*: calculado a partir da divisão do PIB pelo número de habitantes da região e mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país se todos recebessem partes iguais.

IBGE (2021) reforça ainda que o setor de serviços teve uma queda de -4,5%, apresentando variações negativas nas outras atividades de serviços (-12,1%); no transporte, armazenagem e correio (-9,2%); na administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (-4,7%); no Comércio (-3,1%), na Informação e comunicação (-0,2%). Já a indústria teve uma queda de -3,5%; o consumo das famílias registrou uma redução de -5,5% e a agropecuária cresceu em 5%. A taxa de investimento foi de 16,4%, já a taxa de poupança foi de 15% e a despesa do Consumo do Governo recuou 4,7%;

Segundo IPECE (2021) a balança comercial brasileira em 2020, registrou queda de 6,91% das exportações e de 10,38% das importações, ambas comparadas a 2019. As exportações brasileiras contabilizaram o valor de US\$ 209,8 bilhões, enquanto que as importações totalizaram o valor de US\$ 158,9 bilhões. O saldo da balança comercial brasileira foi de US\$ 50,9 bilhões, valor superior ao registrado em 2019, ocasionado pelo declínio maior na variação das importações em comparação com as exportações. Logo, a corrente comercial caiu 8,44%, em 2020, totalizando o montante de US\$ 368,7 bilhões. Os efeitos da pandemia em geral foram negativos para as transações comerciais brasileiras, porém o setor agropecuário foi o único que cresceu em 2020 (5,0%), tendo sido o setor econômico menos atingido pelas medidas para controlar a transmissão do vírus. Outro fator que favoreceu as exportações brasileiras foi a taxa de câmbio, que ficou nos primeiros três meses de 2020 acima de R\$ 4,00 e nos meses seguintes manteve-se acima de R\$ 5,00, atingindo o maior valor nominal desde a implantação do Plano Real. Dessa forma, o valor da taxa de câmbio de 2020 foi em média mais alto do que o de 2019 em aproximadamente R\$ 1,22, representando um aumento de 31% no valor da taxa nominal. Por outro lado, as importações brasileiras ficaram mais caras afetando todos os setores da economia brasileira

É notável como pandemia ocasionou desequilíbrios na economia nacional como afetou as economias regionais, especialmente a do Ceará. Conforme o IPECE (2022) em 2020, o PIB cearense chegou a R\$ 166,915 bilhões, comparando com 2019, a economia registrou uma forte retração em volume (variação real) de -5,72%, correspondendo a uma participação de 2,19% no PIB brasileiro, ocupando a décima terceira posição no país e a terceira na região Nordeste. Quanto ao PIB *per capita*, o estado apresentou um montante de R\$18.168,00 em 2020, representando, aproximadamente, apenas 51% do PIB *per capita* nacional. Isso demonstra o grande desafio que o estado possui na superação da baixa renda em relação ao país, pois mesmo sendo a 13ª maior economia do país, o Ceará é apenas o 24º estado quando se considera o PIB *per capita*. Quanto a taxa de desocupação (desemprego), o Ceará atingiu 14,4% (percentual superior ao da máxima histórica, de 14,2%, em 2017), refletindo a deterioração do mercado de

trabalho causada pela pandemia do COVID-19.

Conforme o IPECE (2021) a balança comercial cearense registrou queda de 18,51% no valor das exportações, tendo um montante exportado de US\$ 1,8 bilhão; e as importações apresentaram crescimento de 2,41%, em relação a 2019, atingindo o valor de US\$ 2,4 bilhões. Logo, o saldo da balança comercial manteve-se negativo (US\$ 560 milhões) e a corrente de comércio somou o valor de US\$ 4,3 bilhões em 2020, redução de 7,9% comparado ao ano anterior. O desempenho das exportações cearenses em 2020 mostrou-se mais reprimido do que as exportações nacionais, representaram 0,88% do total exportado pelo Brasil. Já as importações observou-se ganho em 2020, comparado a 2019, atingindo a marca de 1,52% no total importado do Brasil.

Segundo o IPECE (2022) em relação aos setores que compõem o cálculo do PIB cearense: a Agropecuária, única a apresentar expansão, registrou um crescimento real de 13,67%, comparado com 2019, tendo como resultado positivo das três atividades do setor: a Agricultura cresceu 17,57% (produção de lavouras temporárias: milho e feijão), a Pecuária cresceu 7,70% (produção de leite e aves) e a Produção florestal, pesca e aquicultura cresceu 6,84% (produção da tilápia e camarão). Na direção contrária, a Indústria Geral recuou, em volume, -9,55%, refletindo retrações igualmente intensas para os segmentos da Indústria de transformação (-10,92%) e de Eletricidade, gás e água (-10,73%), sendo as principais contribuições negativas do setor. Já o setor de Serviços caíram -5,75%, o recuo é explicado pelas retrações nas atividades de Alojamento e alimentação (-26,42%), Outras Atividades de Serviços (-20,81%); e de Transporte, armazenagem e correio (-16,55%). Com os resultados recentes, a composição estrutural da economia cearense ficou a seguinte: Serviços (76,33%), Indústria geral (17,16%) e Agropecuária (6,51%).

IPECE Conjuntura (2020) reforça que o segmento dos serviços empresariais não-financeiros do Ceará recuaram -13,6% e o do Brasil -7,9%. Em relação as vendas do varejo comum, as vendas cearenses registraram queda desde o início do ano devido a pandemia, somente a partir de julho de 2020 passou a registrar variações positivas, finalizando dezembro com uma alta de 3,3%.

Ainda sobre o desempenho positivo do setor agropecuário supracitado, o IPECE Conjuntura (2020) informa que a estimativa da produção de grãos do estado do Ceará em 2020 foi de 791.187 toneladas de grãos, sendo 41,4% maior do que em 2019; tendo como cultura produtora em destaque, o milho, ou seja, fechou o ano com uma produção de 633.984 toneladas, equivalente à uma produção 49,67% maior do período anterior, correspondendo a uma participação de 80,13% na produção total de grãos do estado.

Segundo Nepomoceno (2021) as implicações da crise afetaram de forma desigual os diferentes setores produtivos, ou seja, as medidas de restrição apresentaram impacto na oferta produtiva como na demanda, transformando os modos de consumo das famílias brasileiras e da tomada de decisões de investimentos. Paula (2021) informa ainda que a pandemia gerou decréscimos de geração de emprego e renda colocando em risco, o desenvolvimento social e das cadeias produtivas.

Analisando os contextos nacional e cearense, percebe-se a conformidade do efeito pandemia no macroambiente, afetando as atividades produtivas e conseqüentemente influenciando nos índices econômicos relevantes para a produção brasileira nos mercados nacional e internacional, além de atingir o equilíbrio do Balanço de Pagamentos e conseqüentemente gerar um baixo crescimento econômico em 2020, ou seja, o PIB *per capita* brasileiro e cearense retraiu 4,8% e 5,72%, respectivamente.

2.3. Desemprego

Segundo OIT (2020) as medidas de bloqueio total ou parcial, realizadas por vários países para retardar a disseminação da doença, afetaram quase 2,7 bilhões de trabalhadores, representando cerca de 81% da força de trabalho mundial.

Ao comparar o efeito do COVID-19 na economia brasileira é relevante salientar o impacto no nível de desocupação da população como sequela das medidas restritivas para conter a contaminação. Conforme Oliveira, Jardim e Teixeira (2020) o impacto da pandemia sobre as atividades produtivas tem elevado a quantidade de falências de empresas com efeito significativo sobre o nível de emprego, oriundo da demissão em massa de trabalhadores. Silva e Silva (2020) reforçaram que os trabalhadores formais, parte deles tiveram suas jornadas suspensas ou reduzidas com base no Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Lei 14.020/2020). Para o Brasil, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) prevê uma taxa de desemprego de 17,8% para o ano de 2020, sendo, que em 2019, essa ficou em 11,9%. Além disso, a OIT aponta que quase 25 milhões de empregos podem ser perdidos no mundo devido a COVID-19.

Conforme IBGE (2022) desemprego se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Já a taxa de desemprego (ou taxa de desocupação) é a porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas.

Conforme Mattei e Heinen (2022) às vésperas da pandemia, o mercado de trabalho brasileiro ainda se encontrava em grande medida condicionado pelos efeitos da crise econômica

deflagrada em 2014. A taxa de desocupação, que era de 6,8% naquele ano, atingiu 12,7% em 2017, mantendo-se em torno dos 12% até 2019. Já em 2020, o comportamento da taxa de desocupação ao longo da série histórica atingiu o pico de 13,5%. Segundo Santos (2021) estimam-se perdas mensais decorrentes do isolamento social de R\$ 54 bilhões de renda dos trabalhadores por conta própria, informais, desempregados e em desalento. Assim, a vulnerabilidade socioeconômica das famílias brasileiras, que já era grande, aumentou significativamente durante a pandemia.

Silva E Silva (2020) informa que os dados dos primeiros meses de 2020, abordando o reconhecimento da pandemia no Brasil (entre a primeira e a segunda quinzena de março), demonstram uma exacerbação da crise do mercado de trabalho. Conforme Hecksher (2020), os números da PNAD em abril indicavam que a população ocupada foi inferior a 50%; ou seja, o contingente de pessoas em idade ativa (14 anos ou mais) não ocupadas no país superava o total de ocupadas. Os autores reforçam ainda que até o final de maio, a população ocupada total já havia diminuído em torno de 7 milhões de pessoas, comparada ao mesmo período em 2019, e, no acumulado do ano até esse período, já se registrava um saldo negativo de mais de 1,1 milhão de empregos formais. A taxa de desocupação estimada subiu de 11,8% para 12,8% entre fevereiro e maio de 2020, e só não foi maior devido à queda substancial da taxa de participação da força de trabalho (de 62% para 56%) no mesmo período, sobretudo em função da parcela da população sem emprego que deixou de buscar recolocação devido às medidas de prevenção sanitária.

Conforme Mattei e Heinen (2022) somente no 2º trimestre, o Brasil perdeu 8,9 milhões de postos de trabalho, ou seja, 9,6% de todas as pessoas que se encontravam anteriormente ocupadas saíram do mercado de trabalho. Esse percentual equivale a cerca de 8,8 milhões de pessoas desocupadas. Hecksher (2020) informou ainda que a queda da taxa de ocupação começou em março e se estendeu até julho de 2020, resultando na perda de 14,1 milhões de ocupações em apenas cinco meses.

Conforme o IBGE (2020) no terceiro trimestre de 2020, haviam 13,7 milhões de pessoas desempregadas (14,6% da população de 14 anos ou mais), com um aumento de 3 milhões de pessoas até janeiro de 2021. Apesar do crescimento geral nacional, há também disparidades regionais e de gênero a serem observadas: o desemprego foi maior entre as mulheres (16,8%) e na Região Nordeste (17,9%).

Segundo Ministério da Economia (2020) mostrou que nos primeiros cinco meses de 2020, o Brasil acumulou 3.297.396 pedidos de seguro-desemprego, representando um aumento de 12,4% do total em 2019. Em maio de 2020, esse percentual aumentou 28,3% em relação ao

mês anterior e 53% em relação ao mesmo mês de 2019. Ministério da Cidadania (2020) ainda informa que o aumento das taxas de desemprego foi acompanhado pelo crescimento do número de famílias em extrema pobreza (renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa), que foi igualmente ampliada em outubro 2020, atingindo cerca de 20% das famílias brasileiras.

Conforme Mattei e Heinen (2022) os setores produtivos mais prejudicados e com quedas anuais relativas à postos de trabalho foram os serviços de alojamento e alimentação (-27,7%), os serviços domésticos (-21,9%) e o grupamento de outros serviços (-18,5%), que reúne atividades de arte, cultura, esporte, recreação e serviços pessoais em geral. Isso significou a perda de 1,6 milhão; 1,4 milhão e 955 mil ocupações, respectivamente, correspondendo quase metade das ocupações perdidas em 2020. Já o comércio e de transportes, armazenagem e correio, que sofreram quedas de 10,9% e 12,8% respectivamente. O comércio apresentou também a maior perda absoluta, devido ao fechamento de cerca de 2 milhões de postos de trabalho, com exceção do segmento de varejo (supermercados, farmácias e lojas de material de construção). Embora tenham esboçado recuperação no último trimestre de 2020, os setores da indústria (-10,3%) e da construção (-11,8%) também sofreram fortes perdas, encerrando o ano com 1,3 milhão e 803 mil vagas a menos, respectivamente. Quanto à indústria, destacou-se o fechamento massivo de postos de trabalho nos segmentos têxtil-vestuário (300 mil), de alimentos e bebidas (190 mil) e nos serviços industriais de saneamento e coleta de resíduos (180 mil). Outras áreas que encerraram o ano no vermelho foram o setor da educação: queda de 2,1%, se deu pela paralisação das instituições de ensino e ao encerramento dos contratos temporários; e os serviços prestados às empresas (informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas): queda de 1,2%, relacionada à maior facilidade de migração para o regime de trabalho remoto. Já os setores que apresentaram saldos positivos foram: as atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura abriram 226 mil vagas; o grupamento de administração pública, defesa e seguridade social aumentou 156 mil ocupações para a maior estabilidade dos funcionários públicos e contratações associadas à pandemia; e por fim, o setor de saúde e serviços sociais apresentou um crescimento anual (95 mil postos de trabalho), devido a expansão da demanda por saúde.

Komastu e Menezes-Filho (2020) identificaram as características dos trabalhadores dos setores de comércio e serviços que foram mais afetados pela crise sanitária. O estudo mostrou que cerca de 40% dos ocupados estavam alocados nesses setores. Destes, 52,1% eram mulheres e 47,9% eram homens, a maior parte dos empregados possuíam ensino médio completo ou mais, cerca de 54,1% estavam na faixa de 14 a 39 anos e a maioria dos ocupados nos setores vulneráveis eram negros ou indígenas.

Conforme dados da PNAD Contínua (2020) informa que a taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade fechou em 13,8% em 2020. Mattei e Heinen (2022) informam que apenas 37% das ocupações perdidas na fase mais aguda da crise haviam sido recuperadas até o final de 2020. Com isso, o Brasil fechou o ano com uma queda de 8,9% em sua população ocupada, o que representa um déficit de 8,4 milhões de postos de trabalho.

O cenário pandêmico afetou também o Ceará acarretando uma alta taxa de desocupação. Conforme o IPECE (2021) o primeiro e o segundo trimestre de 2020 ainda não haviam apresentado os reais impactos das medidas de isolamento social em razão da pandemia da Covid-19 na taxa de desocupação cearense. Entretanto, no quarto trimestre, a taxa de desocupação do Ceará refletiu a deterioração do mercado de trabalho diante da pandemia ao atingir uma taxa máxima de desocupação de 14,4% na série histórica. Percebe-se a conformidade da taxa de desocupação brasileira com a cearense no decorrer dos trimestres em 2020, exceto no último trimestre, que a taxa de desocupação cearense se sobrepuja em relação a brasileira, ou seja, a cearense fechou em 2020 à 14,4%, já a nacional foi de 13,8%.

Segundo o IPECE (2021) o processo de destruição de vagas formais de emprego perdurou até junho de 2020, mês que se iniciou o processo de reabertura de várias atividades econômicas com o relaxamento das restrições sanitárias em vários estados. Entre os meses de março e junho de 2020, o País fechou 1.618.219 vagas de trabalho. Em julho observou-se um processo contínuo de criação de vagas de trabalho até novembro, ou seja, o Brasil criou um total de 1.486.453 vagas de trabalho, que somadas com o saldo positivo dos dois primeiros meses alcançou a marca de 1.828.815 vagas, resultando num saldo positivo até novembro de 210.596 vagas. Já a destruição de vagas observada em dezembro (-67.906 vagas) não impediu que País fechasse o ano com um saldo positivo de 142.690 vagas, revelando que o ano não foi totalmente perdido. Quanto ao mercado de trabalho cearense apresentou trajetória semelhante a nacional registrando dois saldos positivos nos meses de janeiro e fevereiro, seguido de forte destruição de vagas de trabalho entre março e junho, sendo um total de 56.117 vagas. Contudo, a partir de julho, o Ceará passou a apresentar criação de vagas de trabalho com carteira assinada até o final do ano. Entre julho e dezembro, o estado criou 65.126 vagas que somada com as 9.537 vagas criadas em janeiro e fevereiro, teve-se um saldo acumulado anual positivo de 18.546 vagas, revelando uma recuperação das perdas. Os destaques positivos anuais foram: Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (+11.181 vagas); Construção (+5.997 vagas); Indústria de transformação (+3.912 vagas); e Administração pública (+3.681 vagas). Já as duas atividades que perderam postos de trabalho: Alojamento e alimentação (-5.478 vagas) e Transporte, armazenagem e correio (-1.979 vagas),

atividades que são muito ligadas ao setor de turismo, sendo as mais afetadas pela pandemia.

É notável o impacto da pandemia no aumento do desemprego, visto que, os setores produtivos tiveram que paralisar ou encerrar suas atividades devido à necessidade de isolamento social como medida de prevenção, corroborando assim para o desligamento em massa ou a concessão de acordos trabalhistas entre os agentes, a fim de minimizar os gastos empresariais. Vale salientar que o índice de desemprego alto implica diretamente no aumento da extrema pobreza e da vulnerabilidade social no país.

2.4. Desigualdades Sociais e a Pobreza

O Rendimento domiciliar *per capita*⁴ e o Índice de Gini são indicadores relevantes para mensurar as desigualdades sociais em uma economia, logo, avalia a desigualdade na distribuição de renda e o nível de pobreza existentes em uma determinada população. Portanto, analisando o índice de pobreza no cenário pandêmico da COVID-19 é revelante para mensurar o aumento dessa taxa e seu efeito negativo entre os agentes no Brasil.

Para o Banco Mundial (2020a), a pobreza é entendida como a incapacidade de determinadas parcelas da população em atingir padrões considerados básicos para a subsistência humana, tais como: nutrição, educação, saúde, meio ambiente e participação social. Mello (2018) afirma que podem ser identificadas como elementos constituintes da situação de pobreza: insegurança alimentar, acesso precário a água e esgotamento sanitário, altas taxas de mortalidade, menores níveis de escolarização, oportunidades de geração de renda restritas ou precárias afetadas pela informalidade, baixos rendimentos e longas jornadas de trabalho, entre outros. Ser afetado por uma ou mais dessas carências produz consequências significativas sobre a qualidade de vida e sobre a possibilidade de acessar bens e serviços necessários para garantir condições adequadas de sobrevivência. Estrela *et al.* (2020) reforça ainda que a extrema pobreza associada a baixa escolaridade também pode influenciar na adesão às medidas de isolamento social, bem como das instruções de higiene e prevenção, o qual pode refletir no maior número de pessoas infectadas e no agravamento da doença pelo vírus .

De acordo com a CEPAL (2020), estima-se que havia 209 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza absoluta na América Latina em 2020, cerca de 22 milhões a mais que no ano anterior. Para a pobreza extrema, calculou-se um total de 78 milhões de pessoas, cerca de 8 milhões a mais que no ano anterior. Esses são os piores resultados para a região em 12 anos.

⁴ Rendimento domiciliar *per capita* ou Renda domiciliar *per capita* mede a renda de cada indivíduo dentro de uma determinada população, calculando uma média geral desse valor, sendo obtida pela divisão da Renda Nacional e o número de habitantes do país.

Em relação à desigualdade, o Coeficiente de Gini aumentou 2,9% em relação ao ano anterior, em função da perda dos rendimentos do trabalho por conta do aumento do desemprego na região. Afirma que se não houvesse os programas de transferência de renda realizados pelos países, o aumento do Coeficiente seria de 5,6% comparado ao ano anterior.

Conforme Tavares, Ribeiro e Lourenço (2022) o número de pobres tem crescido no Brasil e vem se intensificando com a retração da atividade econômica e o aumento do desemprego devido às restrições exigidas com a pandemia do COVID 19.

Segundo Silva *et. al.* (2020) o Brasil é considerado um país dos mais desiguais do mundo, com quase 50% da população abaixo da linha da pobreza multidimensional e vulnerável à pobreza. A Agência IBGE Notícias (2021) informa que de 2019 para 2020, as proporções da população na extrema pobreza e na pobreza, no Brasil, recuaram, respectivamente, de 6,8% para 5,7% e de 25,9% para 24,1% da população devido os benefícios dos programas sociais. Caso não houvesse os benefícios assistenciais, a proporção de pessoas em extrema pobreza teria sido de 12,9% e a taxa de pessoas na pobreza subiria para 32,1%.

Conforme Silva e Araujo (2022) os meses de maio e junho de 2020 mostraram que 72% das famílias extremamente pobres, 79% das famílias pobres e 32% das famílias não pobres (base no critério de elegibilidade do Programa Bolsa Família e renda do trabalho efetiva) apresentavam algum membro beneficiário do Auxílio Emergencial, evidenciando a importância do benefício em relação à manutenção do consumo e bem-estar mínimo das famílias no Brasil, principalmente, daquelas que já vivenciavam algum grau de privação e que poderiam passar a uma situação de miséria e insegurança alimentar ainda mais extrema.

Logo, percebe-se a importância dos programas sociais assistenciais para subsidiar o consumo básico e o bem estar mínimo dos agentes durante a pandemia do COVID-19, a fim de amenizar a vulnerabilidade social, a insegurança alimentar e a miséria no país. Para tanto, vale a analisar o rendimento médio per capita e o índice de Gini para mensurar a desigualdade de renda evidenciada durante o cenário pandêmico de 2020.

Conforme a Agência IBGE Notícias (2021) o rendimento médio domiciliar *per capita* brasileiro foi de R\$1.349,00 com queda de 4,3% ante 2019 (R\$1.410). Em 2020, caso não houvesse programas sociais, esse rendimento teria sido 6,0% menor (R\$ 1.269), e a queda em relação a 2019 seria de 8,4%. O décimo da população com a menor remuneração teria reduzido em 75,9% os seus rendimentos, sem esses programas sociais. PNAD Contínua (2020) informa que o Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar *per capita* correspondeu a 0,524 em 2020, demonstrando a desigualdade de renda no Brasil frente à crise sanitária. Agência IBGE Notícias (2021) salienta que de 2019 para 2020, haveria alta de 2,3% sem os benefícios

sociais (de 0,560 para 0,573), já com os benefícios, houve queda de 3,7% (de 0,544 para 0,524).

O efeito da pandemia também foi evidenciado no Ceará. Conforme o IPECE (2021) o rendimento médio domiciliar *per capita* foi de R\$ 979,89 com aumento de 3,8% comparado a 2019 (R\$942,36), sendo superior ao do Nordeste (R\$891,32), mas inferior em 37,7% ao rendimento nacional, de R\$1349,00, ou seja, uma diferença de R\$369,11. Quanto ao Índice de Gini cearense foi de 0,544, teve uma queda de 3,5% aproximadamente. Esse índice cearense foi superior ao Brasil (0,524) e ao Nordeste (0,526).

Percebe-se que o rendimento *per capita* e o índice de Gini brasileiro retraíram em relação a 2019 devido a crise sanitária. Já no cenário cearense, percebe-se que rendimento *per capita* foi superior em 3,8% comparado com o ano anterior, entretanto, o índice de Gini apresentou uma queda de 3,5% em relação a 2019. Tais efeitos foram causados pela crise sanitária corroborando para o aumento da pobreza e da desigualdade social em 2020.

Averiguando a situação de pobreza e extrema pobreza em 2020, no Brasil, Agência IBGE Notícias (2021) informa que o país tinha 7,3 milhões de pessoas (3,5% da população) com rendimento mensal *per capita* de até R\$89,00 abaixo da linha de pobreza extrema do PBF. Considerando-se a linha de extrema pobreza do Banco Mundial (renda de US\$1,90/dia, ou R\$155 mensais *per capita*), encontravam-se 12 milhões de pessoas (5,7%). Já abaixo da linha do BPC (R\$261 *per capita*), havia 22 milhões de pessoas (10,5%) no país. Quanto ao critério de pobreza, há a linha de elegibilidade do PBF (R\$178 *per capita*), concentravam-se 13,6 milhões de pessoas (6,5%); já na linha do Banco Mundial (US\$5,50/dia ou R\$450 mensais *per capita*) reuniam-se 50,9 milhões de pessoas (24,1%), e na linha de ½ de salário mínimo (R\$523 *per capita*) utilizada para o CadÚnico incluíam-se 61,4 milhões de pessoas (29,1%). Tendo o Maranhão como a maior proporção da sua população (14,4%) em situação de extrema pobreza (linha de US\$ 1,90), seguidos pelo Amazonas (12,5%), e Alagoas e Pernambuco (ambos com 11,8%). Já os estados com os menores percentuais de sua população abaixo da linha de extrema pobreza eram Santa Catarina (1,9%) e Rio Grande do Sul (2,4%), com Mato Grosso do Sul e Distrito Federal (ambos com 2,6%).

Segundo o IPECE (2021) havia aproximadamente 9,2 milhões de habitantes no Ceará, em 2020, destes, 58,8% da população possuíam algum tipo de rendimento (5,4 milhões), menos que a proporção registrada em 2019 (59,1%). Sendo que 34,6% da população de 14 anos ou mais possuía rendimentos de todos os trabalhos e 32,1% da população total do estado obtinham rendimentos de outras fontes (seguro-desemprego, programas de transferências de renda do governo, rendimento de poupança, etc.). No Ceará, em 2020, 40,6% era a proporção de pobres, uma vez que 4,1 milhões de cearenses viviam com até meio salário mínimo *per capita*.

Conforme Silva e Araujo (2022) a taxa de extrema pobreza no Nordeste declinou entre maio e agosto, atingindo 2,85%. No Ceará, a taxa de extrema pobreza declinou de 4,18% em maio para uma mínima de 2,47% em julho. Em agosto e setembro, indicaram um pequeno aumento na proporção de pessoas em pobreza extrema, para 2,82 e 2,9% respectivamente. Nos meses de outubro e novembro, com a redução de valor do Auxílio Emergencial afetou no aumento na taxa de extrema pobreza. No Brasil a taxa aumentou para 5% em novembro. Para o Nordeste e o Ceará a situação é ainda mais dramática, com o indicador atingindo patamares de 8,91% e 8,18%, respectivamente. Quanto a taxa de pobreza no Ceará declinou entre maio e agosto, atingindo 27,06% e aumentou novamente após o mês de setembro para 27,08% devido a redução do valor do Auxílio. Variações semelhantes também foram observadas em nível regional e nacional. Em maio de 2020, a proporção de pobres no Brasil era de 23,5%, atingindo 23,7% em novembro do mesmo ano. Para o Nordeste a proporção era de aproximadamente 34% em maio e de 39% em novembro. Por fim, a taxa de pobreza no Ceará era de 33,2% em maio e atingiu 37,6% em novembro.

Conforme Silva (2021b) no Ceará, ao somar as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza cuja renda está situada entre R\$89,01 e R\$178,00, o número sobe para 1.228.037 lares cearenses, sendo 55.213 a mais do que em fevereiro de 2020, período anterior à pandemia (1.172.824).

Monte (2020) afirma que o Auxílio Emergencial, além de aumentar a renda da população, contribuiu para a redução da desigualdade social. No Nordeste, houve um salto da renda domiciliar per capita média de R\$725,80 para R\$891,32, enquanto que a pobreza extrema reduziu de 25,4% para 3,8%. O autor conclui que efeito do Auxílio sobre o Nordeste foi maior que sobre todo o território brasileiro, corroborando a tese que o Auxílio gera um efeito distributivo de renda sobre regiões com maiores índices de pobreza.

Diante dos dados, é perceptível o impacto da pandemia na economia brasileira e respectivamente no Ceará, ou seja, quão as medidas de isolamento social afetaram a atividade produtiva e consequentemente, impactou na desigualdade de renda e no nível de pobreza em 2020. Vale salientar que os níveis de pobreza poderiam ter sido mais relevantes, se não fossem aplicados os programas assistenciais para a população durante crise sanitária.

2.5. Políticas Econômicas: Auxílio Emergencial e Outros Programas Assistenciais

Banco Mundial (2002a) informa que promover o acesso das pessoas consideradas pobres a padrões de qualidade de vida, por meio de políticas públicas eficientes, é uma das

principais maneiras de combater a pobreza e trazer dignidade as pessoas.

Conforme Cepatur (2020) o Governo Federal, por meio do Ministério da Economia, adotou uma série de medidas a fim de mitigar os impactos econômicos da pandemia, como redução da taxa de juros de cartão de crédito; redução de juros e aumento de prazo para pagamentos pela Caixa Econômica Federal aos clientes; criação e ampliação do auxílio emergencial; criação do Programa Antidesemprego; antecipação de 25% para os cidadãos que solicitassem o benefício Seguro Desemprego; transferência de recursos do Fundo PIS-Pasep para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); ampliação do Bolsa Família; complementação de salários para trabalhadores com carga horária e remuneração reduzida entre outras ações.

Conforme Moura (2021) o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda foi um programa federal de transferência, instituído pela Lei n 14.020, de 6 de julho de 2020, e operacionalizado pelo Ministério da Economia. A partir do pagamento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), o programa preservou parte da renda dos trabalhadores que tiveram os salários reduzidos proporcionalmente à redução da jornada de trabalho ou os contratos de trabalho temporariamente suspensos. Ao longo de 2020 foram pagos quase R\$33,5 bilhões em BEm, um valor consideravelmente menor do que os mais de R\$293 bilhões pagos em Auxílio Emergencial, mas ainda assim, uma cifra expressiva.

IPECE (2021) informa outro exemplo de programa federal, responsável pelo combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, é o Programa Bolsa Família (PBF), instituído no Governo Lula pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, e convertido em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal Nº 10.836, sendo um programa de transferência condicionada de renda. Este programa é o maior do mundo em número absoluto de pessoas assistidas, compreendendo 13,2 milhões de famílias beneficiárias em janeiro de 2020. Para receber o benefício, as famílias devem estar registradas no CadÚnico para Programas Sociais. Desde maio de 2018 eram elegíveis as famílias cuja renda mensal *per capita* (igual ou < R\$ 89,00), ou famílias com renda *per capita* (entre R\$89,01 e R\$178,00). Entre 2019 e 2020, no Ceará, caiu a proporção de domicílios que recebiam o Bolsa Família (de 29,1% para 13,2%), pois parte dos beneficiários passaram a receber o Auxílio Emergencial. No comparativo com os dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI1, que aborda por número de famílias que receberam o PBF, temos que: em 12/2020, no Ceará, 1.085.050 famílias receberam a transferência de renda contra 1.014.628 na folha de pagamento de 12/2019. Vale salientar que em 2020, o Ceará (13,2%) ocupou a oitava posição entre os Estados com maior número de domicílios que receberam PBF em 2020, e o quinto entre os Estados da região Nordeste.

Outro programa de transferência direta foi o Auxílio Emergencial, atual Auxílio Brasil. Segundo Brasil (2020) instituída em 2 de abril de 2020, a Lei 13.982, chamada de Auxílio Emergencial (A.E) é um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal destinado aos trabalhadores informais, autônomos, trabalhadores temporários, microempreendedores individuais, além de beneficiários dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família (PBF) e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à pandemia do COVID-19.

Conforme Cardoso *et. al.* (2021) no Brasil, a medida de auxílio de renda emergencial para os mais vulneráveis contemplou mais de 67 milhões de brasileiros. O benefício de R\$ 600 foi definido inicialmente por três meses, mas foi prorrogado até dezembro de 2020: até setembro, no valor de R\$ 600; e de outubro a dezembro, no valor de R\$ 300. Eram elegíveis ao recebimento pessoas maiores de 18 anos, com renda de até meio salário mínimo (SM) *per capita* ou renda familiar de até três SMs, limitado a duas cotas por família, sendo que as mulheres provedoras de famílias monoparentais podiam receber duas cotas do auxílio. À exclusão do BF, o indivíduo não poderia ter benefício previdenciário ou assistencial. O auxílio atendeu uma reivindicação ao mesmo tempo da classe trabalhadora e dos empresários, que assim mantiveram a economia em movimento; entretanto, não impulsionou ações intersetoriais que reduzissem a desigualdade socioeconômica com impacto positivo entre as populações vulnerabilizadas. IPECE (2021) ainda reforça que no Brasil, quase 5,2 milhões de domicílios tinham pelo menos um morador que recebeu a transferência de renda do Programa Bolsa Família e quase 17 milhões receberam outros programas sociais, incluindo o Auxílio Emergencial em 2020.

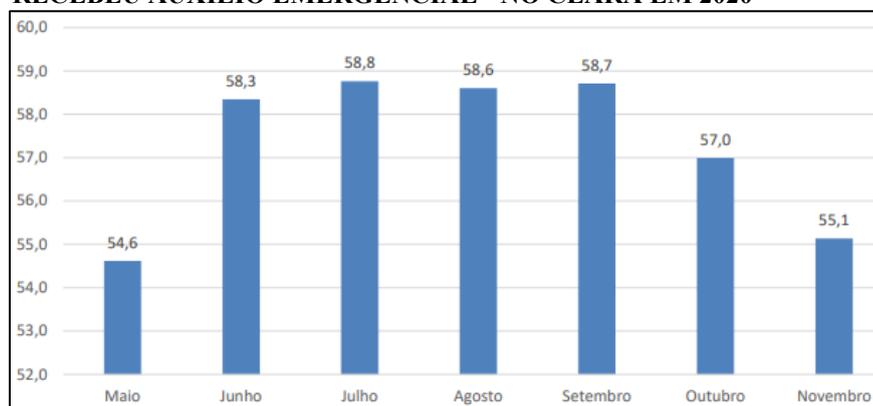
Barbosa e Prates (2020) apontam que os primeiros cinco meses do Auxílio Emergencial foram capazes de elevar a renda domiciliar per capita em R\$178,00, sendo exitosa em proteger os mais pobres. O autor faz a ressalva que o Auxílio gera um impacto positivo sobre a pobreza e a desigualdade, porém temporário: uma vez encerrado o benefício, volta a se experimentar um aprofundamento na condição de pobreza e desigualdade. Segundo Carvalho (2020a) os primeiros dados da PNAD Covid-19 já indicavam que 5,2% dos domicílios brasileiros (cerca de 3,5 milhões) sobreviveram no mês de maio somente com os rendimentos recebidos do auxílio emergencial (AE) do Governo Federal, passando no mês seguinte para 6,5%, ou seja, 4,5 milhões de domicílios. Segundo estimativas do autor, o Auxílio Emergencial conseguiu cobrir 45% do impacto da pandemia sobre a massa salarial, além de ter sido essencial para a manutenção da renda dos domicílios mais afetados pela crise econômica.

Segundo Moura (2021) a expansão dos auxílios emergenciais entre maio e agosto de 2020, elevaram a renda total de 9,36% para 10,47%. Apesar do aumento do índice de

concentração de renda, o aumento das transferências dos auxílios emergenciais ampliou o efeito redutor da desigualdade em 2020. Já entre agosto e novembro de 2020, ambos os efeitos renda e concentração dos auxílios emergenciais contribuíram para a redução no Índice de Gini. No último mês da PNAD COVID19, os auxílios emergenciais representaram pouco mais de 6% da renda total, um valor bem menor do que o observado em agosto, e eles foram direcionados aos mais pobres. O autor reforça que entre junho e setembro de 2020, a taxa de pobreza caiu cerca de 1% ao mês, chegando ao valor de 23,24% em setembro, cerca de 3,5% p.p. em relação a 2019. A redução na taxa de pobreza se deu pela expansão da cobertura do AE quanto pela recuperação da economia. Com a redução do AE em agosto e setembro, a taxa de pobreza voltou a subir em outubro e novembro, atingindo 27,8% no último mês. Ressaltou que houve um aumento da taxa de extrema pobreza. Em maio, a taxa alcançou 21,8%, comparado a 11,1% em 2019, um aumento de mais de 95%. Essa proporção se reduziu ao longo de 2020 alcançando 16,3% em novembro, representando um aumento de 46,6% em relação a 2019 e uma redução de 25% em relação a maio do mesmo ano, isso se deu mediante a cobertura do AE.

Analisando o contexto pandêmico cearense com a cobertura dos programas assistenciais, o IPECE (2021) informa que no estado, dos mais de 2,9 milhões de domicílios, 389 mil receberam o PBF (com a média de 3,9 moradores por domicílios), 152 mil receberam o BPC e 952 mil outros programas sociais como por exemplo, o Auxílio Emergencial. Vale salientar, que além da adesão ao programa federal do A.E o Estado lançou diversos programas sociais para conter a crise. A figura 1 mostra a proporção de domicílios cearenses que recebeu transferência do A.E nos meses de maio a novembro do primeiro ano da pandemia.

FIGURA 1: DISTRIBUIÇÃO MENSAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (%) QUE TINHA ALGUÉM QUE RECEBEU AUXÍLIO EMERGENCIAL - NO CEARÁ EM 2020



Fonte: Moura (2021) – extraídos da PNAD Covid /IBGE

Conforme IPECE (2021) a cobertura passou de 54,6% em maio, subiu em junho e julho, caiu em agosto, voltou a subir em setembro e depois apresentou dois meses de queda em

outubro e novembro, chegando neste último mês a 55,1%. Ministério da Cidadania (2020) informa que pagou um total de R\$ 15.284.551.246,00 para os municípios cearenses, atendendo 3.495.026 pessoas elegíveis ao AE em 2020.

Conforme o IPECE Informe (2021) o estado desenvolveu outros programas assistenciais para auxiliar no combate à pobreza e a vulnerabilidade social, por exemplo, os beneficiários da isenção da conta de água e de energia, como também o benefício do Vale Alimentação para Estudantes. Para a isenção de água e esgoto, o Ceará beneficiou 593.160 clientes no valor de R\$ 21.104.953,66 em abril/20, já em maio: beneficiou 584 mil famílias no valor de R\$ 21,96 milhões; e em junho, atendeu 589 mil clientes no valor de \$ 22,44 milhões. Quanto a isenção da conta de energia: em maio, foram atendidas 540 mil famílias de baixa renda beneficiadas (sendo: 56 mil pela MP Federal, com isenção de ICMS; 302 mil pela Lei Estadual 17.196/20; 181 mil beneficiados pela nova isenção de ICMS de 140kwh para 220kwh (>140 kwh)); em junho, teve um total de 621 mil clientes beneficiados (sendo: 69 mil pela MP Federal, com isenção de ICMS; 353 mil pela Lei Estadual 17.196/2020; 198 mil beneficiados pela nova isenção de ICMS de 140kwh para 220kwh (>140 kwh).

O relatório supracitado informa que o Governo do Ceará iniciou em 29/04/2020, a entrega do cartão vale-alimentação para os estudantes da rede pública estadual, garantindo a segurança alimentar no período de suspensão das atividades presenciais. Foram 416.000 alunos contemplados com o vale alimentação (R\$ 80,00 cada), sendo entregue três kits, totalizando um montante de R\$ 49.926.600,00 de investimento. Também teve o programa Cartão Mais Infância, o governo antecipou o pagamento do cartão para auxiliar as famílias mais vulneráveis durante a pandemia, sendo atendidas mais de 47 mil famílias com o valor de R\$ 85,00 totalizando um investimento superior aos 4 milhões de reais mensais entre março à dezembro de 2020. O Estado, por meio da Secult, concedeu também aos trabalhadores do setor de eventos, um auxílio de R\$1.000,00, em duas parcelas de R\$500,00 atendendo 19.313 profissionais, com um valor total concedido de R\$ 19.258.500,00. Outra ação foi o Auxílio Catadores, por meio da Sema, assegurou a redução dos impactos no meio ambiente, com serviços prestados pelos catadores associados, mediante a coleta seletiva. Sendo concedido o auxílio mensal de R\$261,25, em seis parcelas, tendo um total de 1.342 profissionais beneficiados, com um montante final concedido de R\$2.132.438,00 ao estado, favorecendo 48 associações em 41 municípios.

Vale ressaltar também as medidas de estímulo econômico cearense para aquecer a economia durante o cenário pandêmico. Conforme IPECE Informe (2021), o estado desenvolveu dois incentivos para aquecer a economia: o Simples Nacional, foi um projeto de

implantação para prorrogação do pagamento dos impostos estaduais em 2020, beneficiando 72.470 empresas cearenses; e o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF), o projeto viabilizou a suspensão do pagamento do FEEF por 90 dias, beneficiando 893 empresas.

Vale salientar a relevância dos programas assistenciais nacional e regional no combate a fome e a desigualdade de renda; e como a abrangência desses programas ajudaram no consumo mínimo básico dos agentes e também garantindo capital de giro as empresas no cenário pandêmico em 2020.

3. REFERENCIAL METODOLÓGICO

Este trabalho possui caráter aplicado, quantitativo, descritivo e de cunho bibliográfico. Utilizou-se de pesquisas bibliográficas e documentais em artigos científicos, livros macroeconômicos, sites de indicadores socioeconômicos nacionais e regionais (IBGE, Auxílio Emergencial via Ministério da Cidadania, IntregaSUS via SESA e IPECE), a fim de fomentar referido estudo para avaliar o impacto da desigualdade socioeconômica na pandemia do COVID-19 no Brasil e no Ceará entre fevereiro a dezembro de 2020. A tabela 5 descreve os indicadores analisados nesse estudo, tais marcadores foram extraídos nos sites de referência para mensurar o efeito da pandemia em 2020.

TABELA 5: DESCRIÇÃO DOS ÍNDICES ECONÔMICOS E SANITÁRIOS ANALISADOS

Indicadores	Descrição do Indicador	Fonte	Amostra
Total de Casos	Total de casos confirmados de COVID-19 no Brasil e no Ceará.	IntegraSUS SESA 2020	Brasil Ceará
Total de Óbitos	Total de óbitos por COVID-19 no Brasil e no Ceará.	IntegraSUS SESA 2020	Brasil Ceará
Desigualdade	Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais.	Moura 2021, extraídos da PNAD Contínua	Brasil Nordeste Ceará
Desemprego	Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo, cor ou raça e grupos de idade, com indicação do coeficiente de variação, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios das Capitais.	Moura 2021, extraídos da PNAD Contínua	Brasil Nordeste Ceará
Rendimento domiciliar per capita	Rendimento domiciliar <i>per capita</i> médio e mediano, por sexo e cor ou raça, com indicação dos coeficientes de variação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - Brasil – 2020.	Moura 2021, extraídos da PNAD Contínua	Brasil Nordeste Ceará
Auxílio Emergencial	Total Pago pelo AE e Total de Pessoas Elegíveis dos públicos Cadastro Único, Bolsa Família e Extracad para o Auxílio Emergencial 2020	Ministério da Cidadania: Portal Auxílio Emergencial 2020	Brasil Ceará

Fonte: elaborada pela autora

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pandemia em 2020, fica evidente o impacto direto da COVID-19 nos indicadores sociais e sanitários no Ceará, visto que o estado ocupou posições relevantes quanto ao epicentro da doença, afetando assim, a renda dos agentes e gerando diminuição do bem estar social, ou seja, muitas famílias e empresas foram afetadas pela perda do poder aquisitivo e pelo aumento da taxa de desocupação. Esses fatores são relevantes para a manutenção do consumo básico dos agentes, da circulação da moeda no mercado e do fluxo da economia no macroambiente. Para tanto, parâmetros como Índice de Gini, Taxa de desocupação, Rendimento médio *per capita*, PIB e retração das atividades produtivas evidenciam o efeito dessa patologia no Brasil e no Ceará; e como os programas sociais assistenciais foram essenciais para combater a fome e minimizar a desigualdade de renda.

Mediante o objetivo desse estudo, evidenciou-se que o PIB nacional e PIB *per capita* retraíram em relação a 2019. Apresentou também uma inflação de 4,52%, tendo como os setores produtivos mais afetados durante a pandemia: o setor de serviços; o transporte, armazenagem e correio; o comércio; e a indústria, já a agropecuária foi destaque positivo no ano. Já consumo das famílias reduziu e a balança comercial brasileira teve retração nas exportações e nas importações comparados a 2019. No cenário cearense, o efeito pandêmico foi semelhante ao nacional, o PIB e PIB *per capita* retraíram. As principais atividades econômicas afetadas foram a indústria e o setor de Serviços, já agropecuária cresceu em 2020, tendo destaque positivo nos ramos da Agricultura (produção de milho e feijão), da Pecuária (produção de leite e aves) e da Produção florestal, pesca e aquicultura (produção da tilápia e camarão). Quanto a balança comercial cearense, apresentou queda nas exportações e alta nas importações devido a agropecuária.

Quanto a taxa de desocupação, o Brasil apresentou uma taxa de 13,8% em 2020, tendo como setores mais prejudicados pela perda dos postos de trabalho: os serviços de alojamento e alimentação, os serviços domésticos e o grupamento de outros serviços. O país fechou o ano com déficit de 8,4 milhões de postos de trabalho. No Ceará, a taxa de desocupação foi semelhante a nacional, exceto no último trimestre, encerrando o ano com uma taxa de 14,4%, salientando a danificação do mercado de trabalho, tendo como setores afetados: alojamento e alimentação; e transporte, armazenagem e correio, ligados ao setor de turismo.

Quanto ao rendimento domiciliar *per capita*, o Brasil apresentou rendimento de R\$1.349,00, valor correspondente com a abrangência dos programas sociais, caso não houvesse, haveria uma redução de 6% nesse rendimento; e o índice de Gini em 0,524, sem

benefícios sociais, haveria uma alta em 2,3% nessa desigualdade de renda. Já em âmbito cearense, o rendimento médio domiciliar *per capita* foi de R\$ 979,89 e o índice de Gini foi de 0,544, sendo superior ao nacional, evidenciando a desigualdade de renda no estado. Vale salientar que com a redução do valor pago pelo Auxílio Emergencial a partir de setembro/20 ocorreu um aumento nos índices de pobreza e de extrema pobreza no Ceará e no Brasil, reforçando a importância dos programas assistenciais no combate a vulnerabilidade social.

Quanto as políticas assistenciais, à nível nacional, tiveram a abrangência do Programa Bolsa Família e do Auxílio Emergencial para atender a população vulnerável. Com a expansão dos auxílios emergenciais, elevou a renda total em 10,47%. Teve o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda que pagou quase R\$33,5 bilhões, já o AE pagou mais de R\$293 bilhões. Com a abrangência do AE afetou diretamente na redução dos índices de pobreza no país. Já no Ceará, percebeu-se que 55,1% dos domicílios cearenses receberam algum programa assistencial (PBF, BPC e AE) corroborando para a desigualdade de renda evidenciada em 2020 como reflexo da pandemia. Além da abrangência dos programas nacionais, o Ceará também definiu outras medidas sociais para combater a vulnerabilidade, tais como Isenção da conta de água e de energia, Vale alimentação para os estudantes da rede estadual, Auxílios para trabalhadores do setor de eventos e para os catadores; e dos projetos Simples Nacional e FEEF para garantir capital de giro para empresas, incentivando a recuperação da economia regional.

Portanto, conclui-se que os programas assistenciais foram relevantes para manutenção do consumo mínimo básico dos agentes e amenizou o efeito negativo da pandemia, garantindo injeção de renda mínima nos mercados nacional e regional, favorecendo a sobrevivência das famílias neste cenário pandêmico. Vale salientar que os índices socioeconômicos poderiam ser mais nocivos se não fossem as políticas públicas assistenciais aplicadas pelos governos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Síntese de Indicadores Sociais: em 2020, sem programas sociais, 32,1% da população do país estariam em situação de pobreza.** 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/32418-sintese-de-indicadores-sociais-em-2020-sem-programas-sociais-32-1-da-populacao-do-pais-estariam-em-situacao-de-pobreza>> Acesso em 21/07/22.

BACCIOTTI, R.; MARÇAL, E. F. **Taxa de Desemprego no Brasil em quatro décadas: retopolação da PNAD contínua de 1976 a 2016.** Textos para Discussão, São Paulo: FGV, n° 522, fev/2020. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y66y2dwc>> Acesso em 08/06/23.

BANCO MUNDIAL. **Pobreza extrema aumenta pela primeira vez em 20 anos, diz Banco Mundial.** ONU NEWS. Washington, 2020a. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/10/1728962>> Acesso em 12/07/22.

BARBOSA, Rogério Jerônimo; PRATES, Ian. **Efeitos do desemprego, do Auxílio Emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP n. 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia.** Brasília: Ipea, 2020. p. 14. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10187>> Acesso em 10/06/23.

BRASIL. **Auxílio emergencial: quem tem direito ao benefício.** 2020. Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/auxilio-brasil/Paginas/default.aspx>> Acesso em 12/07/22.

CARDOSO, Débora Freire Colaboradora *et al.* **Pandemia de Covid-19 e famílias: impactos da crise e da renda básica emergencial.** 2021. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10820/1/BPS_28_nps2_pandemia_covid19_fam%3%adlias.pdf> Acesso em 01/07/22.

CARVALHO, S. S. **Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial.** Carta de Conjuntura, Rio de Janeiro, n. 48, 2020a.

CARVALHO, André Roncaglia de. *et al.* **Vulnerabilidade social e crise sanitária no Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, v. 37, n. 9, 2021.

Ceará (Estado). **Decreto n.º 33.574, de 05 de maio de 2020. Governo do Estado do Ceará. [internet].** 2020. [citado 2020 Mai 12]. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Decretos-N%C2%BA33.595-de-20-de-maio-de-2020.pdf>> Acesso em 06/06/23.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL). **Panorama Social de América Latina 2020.** Santiago, 2020. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/46687-panorama-social-america-latina-2020>>. Acesso em 06/06/23.

CONSELHO PARANAENSE DE TURISMO (CEPATUR); PARANÁ TURISMO. **Sondagem dos impactos da Covid-19 no setor de Turismo do Paraná -Empresários do Setor.** Curitiba: Cepatur, 2020. Disponível em: <https://www.paranaturismo.pr.gov.br/sites/turismo/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/relatorioexecutivopesquisaoots.pdf> Acesso em 06/06/23.

COSTA, Simone da Silva. **Pandemia e desemprego no Brasil**. *Revista de Administração Pública*, v. 54, p. 969-978, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjzrDwgDJYKcdhNt/?lang=pt&format=html>> Acesso em 06/06/23.

ESTRELA, F.M., SOARES, C.F.S., CRUZ, M.A., SILVA, A.F., SANTOS, J.R.L., MOREIRA, T.M.O., LIMA, A.B., & SILVA, M.G. (2020). **Pandemia da Covid-19: Refletindo as vulnerabilidades à luz do gênero, raça e classe**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(9): 3431-3436.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Observatório Covid-19, balanço 2020**. Rio de Janeiro (RJ). 02 de jan. 2021. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/45793/2/boletim_observatorio_covid_balan%C3%A7o_2020.pdf> Acesso em 16/07/22.

HECKSHER, M. **Valor impreciso por mês exato: microdados e indicadores mensais baseados na PNAD Contínua**. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 62).

HECKSHER, Marcos. **Mortalidade por COVID-19 e Queda do Emprego no Brasil e no Mundo. IPEA Publicação Preliminar**. 1ª edição. 2021. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10877/1/NT_Mortalidade_Covid19_Emprego_Publicacao_Preliminar.pdf> Acesso em 06/07/22.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>> Acesso em 06/07/22.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB cai 4,1% em 2020 e fecha o ano em R\$ 7,4 trilhões**. Agência IBGE Notícias. 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-e-fecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes>> Acesso em 13/07/22.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2020**. 2021. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2020.pdf> Acesso em 13/07/22.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: terceiro trimestre de 2020**. Rio de Janeiro: Instituto; 2020 [citado 18 dez 2020]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_3tri.pdf> Acesso em 13/07/22.

INTEGRASUS: Transparência da Saúde do Ceará. **Boletim COVID-19**. 2023. Disponível em: <<https://integrasus.saude.ce.gov.br/indicadores/indicadores-coronavirus/coronavirus-ceara>> Acesso em 08/06/23.

IPECE. **Produto Interno Bruto: PIB do Ceará nas Óticas da Produção e da Renda – 2020**. 2022. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2022/11/PIB_Ceara_nas_Oticas_Producao_e_Renda2020.pdf> Acesso em 12/08/23.

IPECE. **Termômetro do Mercado de Trabalho: 4º Trimestre/2020**. 2021. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/03/Termometro_do_Trabalho_4trim_2020_14.pdf> Acesso em 12/08/23.

IPECE Informe. **Programas Sociais: Cobertura domiciliar antes e durante o começo da Pandemia**. 2021. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/12/ipece_informe_197_06_dez2021.pdf> Acesso em 12/06/23.

IPECE Conjuntura: **Boletim da Conjuntura Econômica Cearense**. 2020. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/04/IPECE_CONJUNTURA_4_trim2020.pdf> Acesso em 12/06/23.

KOMATSU, B. K.; MENEZES-FILHO, N. **Simulações de impactos da Covid-19 e da Renda Básica Emergencial sobre o desemprego, renda, pobreza e desigualdade**. São Paulo: Ínsper, abr. 2020. (Policy Paper, n. 43). Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/04/Policy-Paper-v14.pdf>> Acesso em 12/06/23.

Lima DLF, Veras P JL, Marques TM, Costa SC, Santos HPG, Neri JR. **Cuidados com a transmissão: o que levou o Ceará ao epicentro da COVID-19?** Revista Brasileira em Promoção da Saúde, 2020; 33: 11054. Disponível em: <<https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/11054/pdf>> Acesso em 12/07/23.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. **Balanco dos impactos da crise da COVID-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro em 2020**. Revista Katálysis, v. 25, p. 43-61, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/qBZvCv4JnysDcgcCndLPFTw/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 08/06/23.

MELLO, J. **Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural**. Epub. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34512> Acesso em: 16/07/22.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA (Brasil). **Base de Gestão do Seguro-Desemprego. Brasília: Ministério**; 2020 [citado 17 jun 2020]. Disponível em: <<https://ck.govdata.gov.br/dataset/sd-bg>> Acesso em 14/07/22.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Auxílio Emergencial**. 2020. Disponível em: <<https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/?g=2&ag=e&sag=23&codigo=0>> Acesso em 14/07/22.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **O que é COVID-19?** 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>> Acesso em 28/06/22.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia de Vigilância Epidemiológica: Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional pela doença pelo Coronavírus 2019 – COVID-19**. 2022. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2022/01/Guia-de-Vigila%CC%82ncia-Epidemiolo%CC%81gica-Covid-19_-12-01-2022.pdf> Acesso em 30/06/22.

MONTE, P. A. **Auxílio emergencial e seu impacto na redução da desigualdade e pobreza.** In: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE ECONOMIA – ANPEC, 25., 2020. Formato online. Anais eletrônicos [...]. Formato online: ANPEC, 2020. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/novosite/br/xxv-encontro-regional-deeconomia--artigos-selecionados>> Acesso em 10/06/23.

MOURA, Eduardo Augusto Contarini. **Auxílios emergenciais de combate à pandemia: avaliação dos impactos sobre a pobreza e a desigualdade no Brasil em 2020.** 2021. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/30158/1/2021_EduardoAugustoContariniMoura_tcc.pdf> Acesso em 10/07/22.

NEPOMOCENO, Taiane Aparecida Ribeiro. **Efeitos da pandemia de covid-19 para a agricultura familiar, meio ambiente e economia no brasil. Boletim de Conjuntura (BOCA),** v. 7, n. 21, p. 86-96, 2021. Disponível em: <<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/461/328>> Acesso em 10/07/22.

OIT: International Labour Organization. (2020, 07 de abril). **ILO Monitor: Covid-19 and the world of work. Second Edition. Updated estimates and analysis.** Genebra, Switzerland: Autor. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms_740877.pdf> Acesso em 08/06/23

OLIVEIRA, Heitor Vilela de. **Características dos desempregados antes e durante a pandemia da Covid-19, a partir dos dados da PNAD contínua (2019-2020).** 2021. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/24852/Heitor%20Vilela%20-%20Mono%20-%20P%3%b3s%20Defesa%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 02/07/22.

OLIVEIRA, Pedro Rodrigues; JARDIM, Stéffany Costa; TEIXEIRA, Evandro Camargos. **Pandemia da COVID-19 e ocupação no mercado de trabalho: o caso da Região Nordeste do Brasil.** Econômica, v. 22, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/43221/27048>> Acesso em 28/06/22.

PAULA, L. F. **A crise do coronavírus e as políticas contracíclicas no Brasil: uma avaliação.** IE-UFRJ Discussion Paper, vol. 1, n. 16, 2021.

PNAD Contínua. **IBGE: Síntese dos Indicadores Sociais.** 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>> Acesso em 13/07/22.

PNADC/T – **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral [IBGE].** 2021. Disponível em: <sidra.ibge.gov.br> Acesso em 08/06/23.

PROADESS. **Índice de Gini.** 2011. Disponível em: <<https://www.proadess.iciet.fiocruz.br/index.php?pag=fic&cod=L08&tab=1>> Acesso em 13/07/22.

SANTOS EF, Pereira A. **Evidências dos efeitos da COVID-19 nos fluxos de caixa de pequenas e médias empresas.** In: XX USP International Conference in Accounting. 2021. Disponível em:

<<https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/2836.pdf>>
Acesso em 13/07/22.

SESA: Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. **Ceará confirma três casos do novo coronavírus.** 2020. Disponível em: < <https://www.saude.ce.gov.br/2020/03/15/ceara-confirma-tres-casos-do-novo-coronavirus/>> Acesso em 13/05/23.

SILVA, Vitor Hugo Miro C.; ARAUJO, Natalia Carvalho; **Indicadores de renda e pobreza no Ceará em 2020: o que dizem os dados da PNAD Covid-19.** 2022. Disponível em: <<https://lepcaen.ufc.br/wp-content/uploads/2021/03/lep-deemfoco-31mar2021.pdf>> Acesso em 08/06/23.

SILVA, Simone Affonso da. **A Pandemia de Covid-19 no Brasil: a pobreza e a vulnerabilidade social como determinantes sociais. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 52, 2021a. Disponível em:<<https://journals.openedition.org/confins/40687>> Acesso em 09/06/23.

SILVA, Kelvin Maciel da. **Auxílio emergencial na pandemia covid-19: relatos de consumo das beneficiárias em Fortaleza-Ce.** 2021b. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/63217/1/2021_tcc_kmsilva.pdf> Acesso em 09/06/23.

SILVA, Tatiana Dias; SILVA, Sandro Pereira. **Trabalho, população negra e pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD COVID-19.** 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10303/1/NT_46_Diest_TrabalhoPopula%c3%a7%c3%a3oNegraePandemia.pdf> Acesso em 19/07/22.

TAVARES, Edna Maria do Nascimento; RIBEIRO, Lilian Lopes; LOURENÇO, Maria Salvelina Marques. **Desenvolvimento sustentável e combate à pobreza no Brasil: Possibilidades e dificuldades.** 2022. 1ª edição. Atena Editora. Paraná. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/63192>> Acesso em 19/07/22

VIEIRA, Alexia. **Site O Povo: Linha do tempo da Covid-19 no Ceará: relembre os principais fatos de dois anos de pandemia.** 2022. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2022/01/01/linha-do-tempo-da-covid-19-no-ceara-relembre-os-principais-fatos-de-dois-anos-de-pandemia.html>> Acesso em 10/06/23.

VIEIRA FILHO, J. E. R. **Coronavírus e os Impactos no Setor Agropecuário Brasileiro.** Revista de Política agrícola, vol. 29, n. 2, 2020.

World Health Organization (WHO). **Virtual press conference on COVID-19 – 11 March 2020.** Disponível em: < <https://www.who.int>> Acesso em 28/06/22.